

PRÁTICAS ESPACIAIS E CONTRADIÇÕES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

MORAIS, Marcelo Alonso¹
NASCIMENTO, Marta²
FERREIRA, Alvaro³

Vivemos um momento em que a cidade do Capital não é mais a cidade industrial. A cidade deve ser percebida como a materialização de um contexto histórico. Nesse sentido, utilizar a noção de urbano traz a possibilidade de trabalharmos as transformações da cidade através da construção de valores, ideologias, intencionalidades; ou seja, vislumbramos um horizonte em que, simultaneamente, o espaço é um produto social, mas é também produtor das relações sociais. O espaço urbano do Rio de Janeiro, como a maior parte das grandes cidades na atualidade, tem passado por profundas transformações, as quais apresentam-se para os geógrafos como novas espacialidades do urbano. Este trabalho, portanto, tem como objetivo analisar como, na cidade do Rio de Janeiro, é possível perceber, simultaneamente, diferenciação e equalização no espaço urbano, exemplificando o espaço como homogêneo e diferente, articulado e desarticulado. Além disso, analisar a contradição entre o movimento, os fluxos e as estabilidades, a fixidez. A cidade, expressão de fenômenos sociais, tem sua origem nos arranjos político-espaciais. A condição atual da cidade do Rio de Janeiro é fruto de sua ordem espacial, que revela as relações entre os cidadãos, assim como de relações regidas por instituições, como o Estado e as Igrejas. Quando analisamos a cidade, como produto das inter-relações entre indivíduos e instituições, percebemos que é (re)produzida a partir das imbricações entre as ordens distante e próxima. Diante de um tecido esgarçado socioespacialmente, devemos pensar a cidade do Rio de Janeiro não como uma forma em si, mas como um espaço construído a partir da associação entre atores sociais. Portanto, enquanto produto da associação humana, faz-se mister levar em conta que fluidez e fixidez refletem as indiosincrasias da sociedade urbana, que se caracteriza por ser uma realidade em formação, faz-se no cotidiano. A imagem da cidade é simultaneamente beleza e caos, fragmentação e reunião, apropriação simbólica e materialidade de seus produtos e objetos, pontos luminosos e opacos. O discurso recorrente em nossa cidade é

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

o da necessidade de se restaurar a ordem como condição fundamental para a concretização das necessidades da sociedade. No entanto, dialeticamente, a eficiência dessa ordem é questionada, pois uma nova desordem pode surgir na imposição de projetos de planejamento urbano que desconsiderem os desejos, a vontade, o querer dos diversos segmentos da sociedade. Nesse sentido estaríamos desconsiderando as individualidades dos atores sociais, que são produzidos mas também reproduzem o espaço. Como exemplo, utilizar-nos-emos da análise das recentes transformações em alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o bairro da Barra da Tijuca (Zona Oeste) representa, atualmente, o mais importante eixo de expansão imobiliária da cidade. O bairro manteve-se praticamente desocupado até as décadas de 1960/70, quando a área de maior valorização na cidade era a Zona Sul, bairros como Ipanema, Copacabana, Lagoa, entre outros. A elaboração do projeto urbanístico da Barra da Tijuca realizado por Lúcio Costa previa a abertura de grandes vias e grandes espaços abertos. Atualmente caracteriza-se por uma paisagem formada por grandes condomínios fechados, que oferecem todos os tipos de serviços e uma grande quantidade de shoppings espalhados por importante avenida que atravessa o bairro. Durante muitos anos, o acesso ao bairro era restrito a poucas vias, sendo o acesso somente possível por automóveis. O bairro apresenta hoje uma grande favela, Rio das Pedras, formada principalmente por nordestinos que trabalham na construção do bairro, além de ser conhecida por ser dominada por um grupo chamado de “Milícia”. Esta temática, além de atual, mostra-se de fundamental importância, já que traz para o centro do debate os conflitos que acompanham a (re)produção do espaço. Nesse sentido, a Geografia estaria contribuindo para a análise das novas espacialidades do urbano ao incorporar como elementos chave os sujeitos (suas ações, reações, interações), o objeto (a situação do local, as trocas, os laços do lugar com as imediações) e a obra (o uso do espaço, as diferentes apropriações e dominações).

O capitalismo e as contradições do espaço

O marxismo, segundo Harvey (2000) trouxe à discussão a importância de se criar um movimento global de resistência, que parta de forças anabásicas e gerem uma transformação estrutural do capitalismo. No entanto, adverte que essa proposta é insuficiente, pois além de Marx não valorizar a dimensão espacial, revela que o processo homogeneizador tão defendido por Marx ignora as diferenças culturais, religiosas e de gênero que refletem as subjetividades e as particularidades dos grupos sociais envolvidos.

Harvey (2000, p. 41-61) percebe claramente que, ao longo da história da acumulação capitalista, há um importante papel da dimensão geográfica. Diante da inevitabilidade das crises, há uma necessidade constante de superação, garantindo a

reprodução do sistema econômico-político hegemônico, sendo necessários os chamados “ajustes espaciais”. Questionando as análises de Marx e Engels, o autor nos coloca a percepção clara do domínio de uma análise temporal em detrimento da análise espacial, justificada, por exemplo, nas estratégias especiais inerentes ao processo de expansão do capitalismo no mundo, que deu início, segundo muitos autores, ao processo de globalização. Fixos e fluxos (Santos, 1996) são criados para permitir a expansão, assim como permitem a reprodução e o fortalecimento desta. “O espaço é produzido a partir de relações espaciais que espelhem a lógica da divisão territorial do trabalho”. Como exemplos, podemos citar a construção de infra-estruturas, a busca incessante por inovação tecnológica e o poder (des)regulador do Estado. No entanto, é colocado um limite na capacidade da expansão geográfica funcionar indefinidamente, pois alega que, simultaneamente ao desenvolvimento capitalista, ocorrem movimentos sociais de resistência às contradições criadas pelo modelo. Como ilustração, o autor destaca como o capitalismo cria novas necessidades através do consumismo que, dialeticamente, não consegue atender, criando ilusões consumistas que não são consumidas e geram frustrações e revolta. São também alvo de críticas pelo autor o enfoque expressivo dado ao papel do Estado que, para Harvey (2004) é uma das muitas instituições que interferem na acumulação, e a homogeneização dos movimentos sociais, expressa no célebre lema “operários de todo o mundo, uni-vos!”.

O desprezo pelo espaço nas análises marxistas é o ponto chave na discussão de Soja (1988, p.36), que coloca Marx como aquele que restabeleceu “a primazia do tempo revolucionário sobre o espaço revolucionário”. Se apoiando no que considera como materialismo histórico e geográfico, Soja entende o espaço como produto e produtor da história, carregado de intencionalidade. Como produto social, o espaço não pode ser visto como repositório de fixos, mas sim como palco de conflitos e contradições, “um campo de luta e estratégia política” (Soja, 1988, p.38).

A partir da análise da obra de Alain Lipietz, Soja (1988, p. 40-44) observa que a espacialidade também é definida “como uma forma de correspondência entre “presença/ausência (no espaço geográfico) e “participação/exclusão” na estrutura considerada”. Como formação espacial, inerente às relações sociais, argumenta que, para Lipietz, “existe um conflito potencial entre o espaço herdado, historicamente constituído na articulação estabelecida dos modos de produção, e um espaço projetado emergindo da crise e da necessidade de reestruturar a espacialidade”. Se a produção do espaço é fruto das tensões provocadas pelas contradições do sistema, as crises são necessárias para que se faça uma reestruturação produtiva que leve o capitalismo a algum tipo de “racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista” (Harvey, 2005, p. 46). O autor alerta para os custos dessa racionalização, que podem gerar sérios problemas sociais. Todavia, a situação de crise é capaz de provocar movimentos revolucionários que, se por um lado podem tentar reverter a ordem estabelecida, por outro podem gerar o caos e o recrudescimento dos discursos autoritários. Concomitantemente, as crises

cíclicas do capitalismo “devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional” (Harvey, 2005, p. 47). A crise, portanto, deve ser capaz de produzir um espaço que será projetado a fim de garantir a renovação da acumulação. Mas qual será o principal agente responsável por (re)criar as novas bases estruturais para a sobrevivência de capitalismo? Na interpretação de Soja sobre Lipietz (1988, p. 42), “emerge o papel central do Estado na produção e reprodução capitalista: o planejamento e administração da espacialidade”, pois a materialidade do capital não consegue ser capaz de se auto-reproduzir sem a atuação do Estado.

A crise financeira mundial atual (2008) nos coloca diante de uma visível atuação do Estado no resgate de instituições, através de planos de ajuda financeira. Está claro que o essencial é garantir a sobrevivência do sistema, protegendo-o e legitimando a competição (Habermas, 1987). Assim, corrobora a discussão que Harvey (2005, p.94) faz sobre o Estado no capitalismo, questionando até que ponto o Estado é autônomo ou seria capaz de diversificar sua atuação, já que serve claramente aos interesses hegemônicos de reprodução da sociedade capitalista.

Lefebvre contribui de forma expressiva com o debate sobre a importância da análise espacial no marxismo. De acordo com o filósofo francês, “na produção deste espaço, o Estado desempenhou o papel proeminente, sustentando forças as da competição e reprodução ampliada do capital” (Soja, 1988, p.45). Tornada base material para a reprodução do capitalismo, a produção do espaço comandada pelo Estado

foi capaz de penetrar cada vez mais profundamente nas relações de produção, dando forma não só ao processo de trabalho mas também aos circuitos de acumulação, troca e consumo. Assim fazendo, ele obrigatoriamente entrou de modo mais direto e extensivo na produção do espaço, não como mero adjunto para a expansão do seu poder mas como seu instrumento mais eficaz (SOJA, 1988, p.46).

Num processo recursivo, tomado por conflitos e contradições, a produção do espaço é, para Lefebvre, decisiva no “estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema, precisamente quando se pode deduzi-lo desse sistema” (Lefebvre, 2008, p.39). Partindo de um espaço considerado vivido, vinculado à prática social, Contudo, para compreendermos a dimensão espacial na reprodução do capital, devemos responder a questão: O que é, afinal, o espaço?

Numa tentativa de formular as respostas, Lefebvre (2008, p.41) levanta quatro hipóteses. Primeiramente, concebe o espaço como puro, inteligível e transparente em sua forma, “articulando o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real”. O discurso se dá no nível mental, sendo criticado pela aproximação com a abstração do espaço dos

filósofos, psicanalistas e/ou epistemólogos. Numa segunda hipótese, vê o espaço como “produto da sociedade, constatável e dependente, antes de tudo, da constatação, portanto, da descrição empírica antes de qualquer teorização” (2008, p.43). Resultado do trabalho, fruto de um processo histórico, o espaço é o receptáculo dos objetos, sendo o palpável, o objetivo, aquilo que se pode descrever. A seguir, o autor afirma numa terceira hipótese que o espaço pode ser entendido como uma mediação, um meio do caminho, manipulável individual ou coletivamente, que embute uma ideologia e um saber a fim de garantir a reprodução das estruturas de poder. É “funcional e instrumental” e “vincula-se à reprodução da força de trabalho ‘pelo consumo’” (2008, p.45). Finalmente, na última hipótese exposta pelo pensador, ele resgata a terceira hipótese e acrescenta, numa análise mais profunda, que o espaço “seria, desse modo, uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e urbanistas” (2008, p.48). Esse espaço simultaneamente homogêneo, fraturado, desarticulado e abstrato-concreto não é o espaço exclusivo dos gestores, urbanistas, arquitetos, mas sim o espaço do cotidiano, do lazer, das particularidades étnicas, religiosas. Trata-se, portanto, de uma produção no sentido amplo, (re)produzindo dialeticamente as relações que envolvem a produção econômica e os espaços do lazer, das artes e de todas as tradições, com seus respectivos signos. Aparentemente separados, esses espaços são, ao mesmo tempo, deslocados e unificados. Apesar da ideologia dominante produzir um discurso ilusório de dissociação, Lefebvre (2008) defende a idéia de um espaço conjunto-disjunto a partir da idéia de que os elementos constituintes do espaço estão, dialeticamente, separados e ligados. Isso pode ser ilustrado no espaço urbano carioca, onde grupos religiosos de práticas de matrizes africanas, como os umbandistas, são segregados diante de um espaço produzido a partir de uma ideologia católica dominante. Como os interesses são divergentes, os católicos possuem, oficialmente, locais propícios para suas práticas, aceitas pelos valores dominantes, enquanto que os umbandistas, por sua vez, vivem muitas vezes na clandestinidade, dissociados do restante da sociedade e taxados de “primitivos”. Essa representação real é, todavia, aparente, pois católicos e umbandistas, na festa de São Jorge, no dia 23 de abril (feriado municipal), fazem vigílias numa Igreja dedicada ao santo que, no Rio de Janeiro, representa o orixá Ogum. Um outro exemplo clássico é a festa de passagem de ano na orla da praia de Copacabana, zona sul da cidade. Além de outros eventos, o mais tradicional é a entrega de oferendas à Iemanjá. Muitos católicos compram suas flores, vestem branco e vão à praia às vésperas do “Ano-Novo” realizar seus pedidos. Com base em Lefebvre (2008, p.53), os exemplos acima expressariam a tensão constante no espaço entre a aparente coerência na relação da ordem próxima (vizinhança) com a ordem distante (Estado, sociedade). Contudo, ao serem paradoxalmente desarticuladas, revelam as contradições do espaço. Entendendo estas contradições como oriundas do “conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista” (2008, p.57), o autor conclui dizendo que “Existem conflitos

inevitáveis (...) entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido” (Lefebvre, 2008, p.57).

Com o intuito de enriquecer o debate sobre a produção do espaço e a sua captura pelas classes dominantes, voltamos à leitura da abordagem de Lipietz, feita por Soja (1988). Convergindo com as idéias de Lefebvre, que também ressalta o papel das relações sociais e suas especificidades na reestruturação do espaço, a fim de materializar um “novo” espaço que, em conflito com o espaço já produzido, pode manter as estruturas ou transformá-las, o espaço projetado de Lipietz pode ser equivalente ao espaço vivido de Henri Lefebvre, que se manifesta nos movimentos de resistência, nas manifestações de negação ao que foi imposto, enquanto que o espaço herdado pode ser comparado ao espaço percebido, espaço este das práticas espaciais. Além dessas duas formas de perceber o espaço, Lefebvre apresenta uma terceira: o espaço dos planejadores, do Estado, do capital, que impõem formas de organização do espaço, o espaço concebido (Lefebvre, 1986).

David Harvey também dialoga com Lefebvre ao propor uma visão tripartida do espaço. Resgatando trabalhos anteriores, o autor apresentou em recente obra intitulada *Space of Global Capitalism* (2006), seu entendimento do espaço a partir de um tripé: espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional. Respectivamente, um receptáculo passivo e neutro à ação social, um depositário, sem vida; um espaço percebido através das múltiplas percepções sobre as relações entre os objetos e os sujeitos; um espaço que expressa relações distantes entre o local e a ordem distante, numa interiorização impregnada de valores, historicidade e ideologia.. Como em Harvey, os espaços materiais, as representações do espaço e os espaços de representação de Lefebvre estão em permanente tensão dialética, como destaca Sarmento (2008).

A visão de um espaço contínuo, repleto de temporalidades e de vozes também é defendido por Massey (2008). Numa crítica ao estruturalismo, a autora questiona a concepção de espaço como absoluta negação do tempo. Como esfera da fixidez, o espaço “seria o domínio do fechamento, e esse, por sua vez, o transformaria no domínio da impossibilidade do novo e, portanto, do político” (2008, p.66). À estabilidade do espaço , soma-se uma interpretação apolítica, “porque ele é conceituado como um todo sem costuras, como o sistema totalmente fechado e interconectado de uma estrutura sincrônica” (2008, p.71). A fim de impedir que o espaço seja subjugado e, conseqüentemente, perca sua relevância, a autora propõe que o entendimento do espaço deva levar em conta as “multiplicidades coetâneas de outras trajetórias e a necessária mentalidade aberta de uma subjetividade espacializada” (2008, p.94). Aqui percebemos claros vínculos do texto de Massey com os de Harvey, Lefebvre e Lipietz, ao “conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir” (2008, p.95), assim como com Santos (1996), que afirma que o espaço é uno e múltiplo.

As multidimensionalidades (temporais, espaciais e sociais) estão todas colocadas no cotidiano das práticas espaciais e, nesse sentido, certas vezes mostram-se claramente e noutras vezes são camufladas pela ação e associação de inúmeros atores sociais. Assim, no espaço é que encontram-se em tensão os valores de uso e de troca no solo urbano. Como exemplo, utilizar-nos-emos da análise das recentes transformações no bairro da Barra da Tijuca (Zona Oeste do município do Rio de Janeiro), que representa, atualmente, o mais importante eixo de expansão imobiliária da cidade.

A Barra da Tijuca: contradições na reprodução do espaço

A Geografia e a análise do espaço devem participar da discussão que envolve a análise da realidade urbana, e acreditamos que a busca do entendimento das disputas territoriais, da produção do espaço e dos conflitos que envolvem a apropriação no espaço urbano de uma grande cidade, no caso a cidade do Rio de Janeiro, pode contribuir para novas discussões sobre o espaço e a dinâmica urbana.

As contradições na produção do espaço estão muito bem refletidas na cidade, lócus de conflitos e contradições. Resgatando as idéias de Soja (1988) e Lefebvre (2008) entendemos o espaço como produto da sociedade e como produtor desta, ou seja, a organização do espaço, principalmente na cidade, influi na manutenção da sociedade atual. A cidade atual apresenta, ao mesmo tempo, homogeneização e diferenciação na organização das atividades e das classes no espaço. Os diferentes lugares no espaço estão ao mesmo tempo articulados e desarticulados, e a fluidez e a fixidez refletem as diferenças na sociedade urbana.

Para tentar compreender melhor este processo de reprodução do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, realizaremos uma análise de um bairro na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde acreditamos que estes processos que estamos tentando evidenciar estão presentes nas práticas espaciais dos atores sociais que participam da produção daquela área na cidade.

O Bairro da Barra da Tijuca

O Bairro da Barra da Tijuca, rebatimento espacial desta análise, localiza-se na zona oeste do município do Rio de Janeiro, tratando-se de um bairro localizado em uma planície costeira, mais especificamente na Baixada de Jacarepaguá. Os limites da baixada de Jacarepaguá são, a leste o Maciço da Tijuca, a oeste o Maciço da Pedra Branca, a norte o encontro desses dois maciços e a sul o mar.

A Barra da Tijuca permaneceu por muito tempo como área totalmente isolada do restante da cidade, tendo o sítio urbano do bairro contribuído para isto devido a dois aspectos. O primeiro diz respeito às características físicas do bairro, considerado como alagadiço, com muitas lagoas e cercado de montanhas, o que dificultaria seu acesso. O

segundo aspecto está ligado à expansão da malha urbana da cidade: a ocupação do bairro se apresenta como um processo de expansão da Zona Sul da cidade, sendo este consequência do primeiro. São esses aspectos que vão gerar as características individuais do bairro e contribuir para sua ocupação tardia (SILVA, 2004).

A ocupação, portanto vai estar ligada ao processo de expansão da cidade do Rio de Janeiro, principalmente a expansão das áreas mais valorizadas, voltadas para classes médias e altas. A formação da Barra esteve totalmente vinculada ao planejamento do Estado, dotado de intencionalidades de ocupar a área e construir um local voltado para as novas demandas da população abastada. Já na década de 60 é inaugurada a primeira parte da Auto-estrada Lagoa-Barra, principal via de acesso q liga a Zona Sul da cidade, formada por bairros de classe média-alta, à Barra. Segundo Abreu (1988, p. 135), a década de 60 passou por um significativo processo de concentração de renda, viabilizado pela política econômica da ditadura militar, processo este que vai ter efeito significativo sobre a evolução da forma urbana e “levou a um processo intenso de especulação imobiliária que, logrando êxito, determinou a expansão da parte rica da cidade em direção a São Conrado e Barra da Tijuca, contando para isso, com a ajuda decisiva do Estado”.

O Estado, associado aos promotores imobiliários, investiu grandes somas na formação do novo bairro. A Auto-Estrada Lagoa-Barra foi um investimento caro e trabalhoso, visto que previa a abertura de grandes túneis e obras de contenção de encostas.

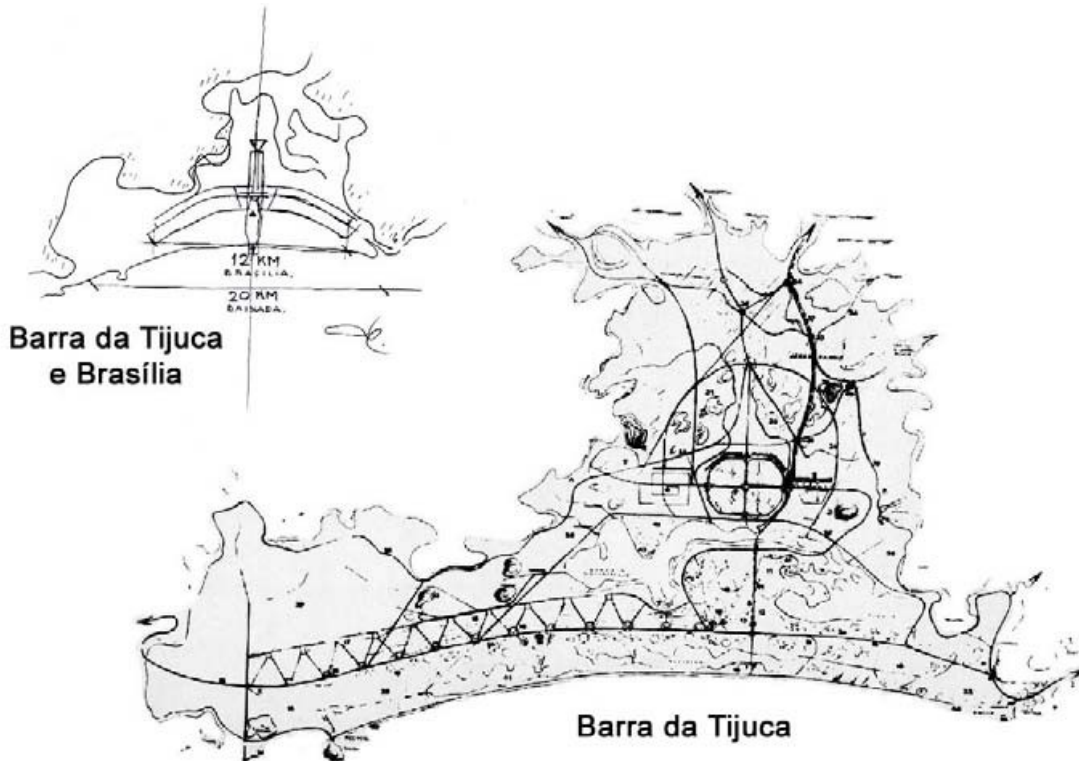
Surge, portanto, oficialmente em 1969, o plano piloto da Barra da Tijuca, elaborado por Lucio Costa. O plano previa a urbanização do bairro, através da construção de grandes avenidas e do controle das construções. Apesar da intenção de ocupar a área e construir no local a mais nova fronteira de expansão valorizada da cidade e um novo centro comercial, havia a preocupação com as questões ambientais, conforme aponta Silva (2004).

O objetivo principal do Plano-Piloto para a Urbanização da Baixada Compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá, também conhecido por Plano Lúcio Costa, era o de controlar a expansão urbana e preservar a geografia do lugar, suas belezas naturais como as praias, as dunas, restingas, manguezais e lagoas, já que era uma das últimas áreas disponíveis para onde a cidade poderia se expandir. Nas palavras do arquiteto, para urbanizar a região era (é) preciso “encontrar a fórmula que permita conciliar a urbanização na escala em que se impõe, com a salvaguarda, embora parcial, dessas peculiaridades que importa preservar”. Lúcio Costa acreditava que qualquer implementação urbanística para a área deveria ser feita “sob medida”.

Seguindo esta definição, a intenção do plano era a “definição de parâmetros construtivos, que a partir da proteção de características singulares da região, não permitissem a reprodução do que havia ocorrido com outros bairros da orla marítima como Copacabana,

Ipanema e Leblon, que sofriram um processo intenso de construção e adensamento (LEITÃO E RESENDE, 2003, p. 3)”.

Figura 1: Plano Piloto e comparação de Brasília com a Baixada de Jacarepaguá, croquis de Lúcio Costa



Fonte: REZENDE E LEITÃO, 2003.

O plano Lucio Costa previa “um zoneamento rigoroso, que definiria relações entre determinadas frações do território e práticas sociais, o que, acreditava-se, poderia eliminar as deseconomias e os conflitos característicos das cidades definidas como tradicionais” (REZENDE E LEITÃO, 2003, p.4). O bairro já nasce, portanto, com a função de um centro planejada, representando o primeiro grande projeto urbanístico da cidade. A Barra simboliza, dentro de seu contexto na cidade, a tendência de homogeneização e diferenciação comum a grandes cidades. Em 1976 é editado um decreto que estabelece normas construtivas para o bairro.

Na década de 80, portanto, ocorre uma intensa valorização das terras na região, decorrente da implantação de infra-estrutura e da melhoria da acessibilidade ao bairro. Segundo Pereira (2002, p. 34) “A constituição de uma forte dinâmica imobiliária era necessária para a efetivação do plano, o que ocorreu com a atuação de grandes empresas imobiliárias, favorecidas pela segurança que as normas de regulação do uso do solo estabelecidas no plano proporcionavam”.

Observa-se também que os promotores imobiliários que atuaram na região eram a maioria de grande porte, representando a força que o bairro assumiu para o mercado imobiliário da cidade (RIBEIRO, 1997). A atuação dos promotores imobiliários e do Estado, privilegiando áreas de maior valorização, contribui para o aprofundamento da segregação espacial no espaço urbano. Vale ressaltar também que o plano piloto não foi respeitado e muitas construções irregulares foram erguidas pelos grandes promotores imobiliários

O aprofundamento da diferenciação do espaço e da segregação na cidade do Rio de Janeiro veio acompanhado de outros fatores, como o aumento do índice de violência na cidade. A questão da violência tornou-se crucial para o mercado imobiliário na cidade, visto que a segurança e as amenidades naturais emergem como importantes fatores de consumo do espaço. Na Barra da Tijuca este fator foi de fundamenta importância, pois neste bairro surgem alguns dos mais importantes “condomínios fechados” da cidade, enclaves de auto-segregação das classes altas (SOUZA, 2008, p. 73) .

A formação dos condomínios fechados representa a instauração de uma nova ideologia, baseada na qualidade de vida. Souza (op. cit., p. 73) afirma os condomínios fechados representam “uma solução escapista”, uma pseudo-solução, pois contribuem para aumentar o processo de segregação na cidade, assim como as causas da violência e da insegurança que nutre o ideal de segurança dos condomínios. Conforme nos aponta Pereira (2002, p.35)

A história da evolução urbana do bairro da Barra da Tijuca coincide com o processo de expansão e diferenciação da forma de produção imobiliária baseada na incorporação, cujo motor está na criação de uma nova simbologia urbana através da qual se associa um novo estilo de vida ao produto imobiliário. (...) a Barra da Tijuca, nos anos 70-80, com o lançamento dos condomínios fechados, adotando o discurso da qualidade de vida, baseada na segurança e no contato com a natureza, como principal “marketing”

Acreditamos que a questão da implantação dos condomínios fechados na Barra da Tijuca representa o reflexo de do processo de diferenciação e equalização na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que os condomínios fechados (representados pelos promotores imobiliários, promotores fundiários e pelo Estado) contribuem para difundir uma ideologia de equalização de um modo de vida urbano, baseado na segurança, no contato com a natureza e na facilidade de acesso a serviços e equipamentos urbanos, assistimos progressivamente ao aumento da segregação residencial na cidade, ao aumento da diferenciação entre o espaço concebido para cada grupo social mais ou menos homogêneo na cidade.

A Barra da Tijuca, um dos primeiros bairros planejados da cidade, mesmo que este plano não tenha sido seguido como se previa, representa um dos maiores exemplos de

atuação conjunta entre Estado e promotores imobiliários, que foram os grandes produtores do espaço urbano aqui. O estado atuou de forma a dotar o local de infra-estrutura, como saneamento básico, grandes vias de circulação, entre outros, permitindo assim a exploração máxima do espaço pelo capital. A Barra da Tijuca funcionou como área “reservada” para a especulação imobiliária e a implantação de um novo modo de vida urbano.

Em poucos lugares da cidade, existe uma segregação espacial tão forte, mesmo com a presença de uma grande favela no bairro (Rio das Pedras). A favela funciona como reserva de mão-de-obra barata para a construção civil e a demanda de serviços, uma das maiores da cidade. A favela é formada basicamente por trabalhadores pobres vindos de outros estados do país para trabalhar na construção civil.

Grandes indústrias instalaram-se no bairro na década de 1990, continuando o processo de expansão e valorização do bairro, atraindo grande fluxo de pessoas diariamente para os principais fixos do Bairro (centros comerciais, Shopping Centers e centros de negócios). Fica aparente nesta análise o quanto a presença dos fixos e dos fluxos no bairro em análise contribuem para revelar as contradições no espaço urbano do Rio de Janeiro. Concordamos aqui com Santos, quando este diz que Fixos e fluxos (1996) são criados para permitir a expansão do capital, assim como permitem a reprodução e o fortalecimento desta expansão. Ressaltamos aqui também o papel do Estado e dos promotores imobiliários para corroborar estas contradições, com a instalação de grandes vias que ligaram a Barra da Tijuca a quase todas as regiões da cidade.

Referências:

ABREU, Mauricio. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. IPLANRIO. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1988.

PEREIRA, Claudia Loureiro. **Segregação urbana e as “novas classes médias”: O caso do bairro carioca da Barra da Tijuca**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

REZENDE, Vera e LEITÃO, Gerônimo. **Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, a Avaliação dos Ideais Modernistas Após Três décadas**. Anais do 5º Seminário DOCOMOMO Brasil. São Carlos, 2003.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz . **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SILVA, Luciana Araujo. **Barra da Tijuca: O concebido e o Realizado.** Revista geopaisagem, ano 3 n. 6, julho/dezembro de 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2008.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.